



O MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA E SUA IMPLEMENTAÇÃO PELO IFMA

Tassia Mendes e Silva¹

RESUMO: A política pública *Mulheres Mil* trabalha a questão de gênero, aliada à profissionalização e à elevação de escolaridade, como forma de inclusão no mercado de trabalho e social. Direciona-se para a formação técnica e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, sendo a sua execução de responsabilidade dos Institutos Federais Educação, Ciência e Tecnologia. Possui como público-alvo mulheres de baixa renda e excluídas tanto socialmente quanto do mercado de trabalho, objetivando qualificá-las, por meio da oferta de formação profissional voltada para a autonomia e a criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Políticas públicas, mercado de trabalho informal, gênero

ABSTRACT: Public policy Thousand Women working the gender issue, coupled with the rise and professionalization of education as a means of inclusion in the labor market and social. Directs itself to technical and technological training for women in situations of social vulnerability, and its execution responsibility of the Federal Institutes Education, Science and Technology. It has as target audience of low-income women and excluded both socially and labor market, aiming to qualify them, by offering professional training focused on autonomy and the creation of alternatives for entering the world of work.

Key words: Public policies, informal labor market, gender

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: tassia@ifma.edu.br



1 INTRODUÇÃO

O governo federal vem desenvolvendo vários projetos de inclusão social e econômica, sendo que o Ministério da Educação possui os seus próprios, que são realizados pelas Universidades Federais de Educação e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nas mais diversas cidades do Brasil. Nesse contexto, visando à inclusão de mulheres, em situação de pobreza e exclusão social, no mercado de trabalho, foi criado o *Mulheres Mil*, com status de projeto, atualmente elevado à condição de política pública, desenvolvido pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Inicialmente, tratava-se de um projeto, que pretendia qualificar mil mulheres no norte-nordeste, regiões historicamente com maior número de mulheres excluídas socialmente e do mercado de trabalho. Na medida em que seus resultados se ampliaram, nos mais variados Estados do Brasil, tornou-se uma política pública no governo da presidente Dilma, sendo cada vez mais difundido e adotado pelos Institutos Federais no país como um todo. Até o final de 2014 a meta é beneficiar 100 mil brasileiras, por meio dessa política pública, integrante do Brasil Sem Miséria, no ano de 2011.

A metodologia utilizada na política pública *mulheres mil* é denominado Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, sendo resultado de um amplo processo de construção, que foi originada no acúmulo e na sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos Community Colleges canadenses em suas experiências de promoção da equidade e nas ações com populações desfavorecidas naquele país ao longo de dez anos.

O sistema canadense é chamado Sistema ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia) e consiste, em linhas gerais, em certificar todas as aprendizagens formais ou não formais e proporcionar a qualificação nas áreas necessárias à complementação da qualificação. A metodologia brasileira busca viabilizar o acesso à formação profissional e cidadã, com elevação de escolaridade, a inserção produtiva e a mobilidade no mundo do trabalho, o acompanhamento das egressas e os impactos gerados na família e na comunidade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TRABALHO

As políticas públicas se referem às ações estatais direcionadas para setores determinados da sociedade, em geral, as que estão com maior deficiência como saúde, educação etc. Consolidam-se por meio de programas, de ações e de projetos de amplo



alcance, com metas, objetivos e estratégias bem definidas. Para Peters (1986) a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Boneti (2007, p. 74) fala que:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

Percebe-se, pois, que as políticas públicas são as decisões de governo que afetam e influenciam a vida dos cidadãos. São os atos de governo que buscam garantir direitos sociais, atuando em áreas específicas.

Para Lowi (1985:7), políticas públicas são “regras formuladas por autoridades governamentais que expressam intenção de influenciar o comportamento de cidadãos, individual ou coletivamente, mediante o uso de sanções positivas ou negativas”.

As políticas públicas são o conjunto de planos e programas de ação governamental com foco na intervenção social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, com destaque para a implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Entre as teorias de políticas públicas, tem-se a teoria do ciclo das políticas públicas, que procura explicar a interação entre intenções e ações, ao mesmo tempo em que almeja desvendar a relação entre o ambiente social, político e econômico e o governo. O ciclo da Política Pública é um ciclo deliberativo, formado pela união de vários estágios, constituindo um processo dinâmico e de aprendizagem. Os estágios são os seguintes: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A implementação, que é um estágio do ciclo de políticas públicas, é um processo de interação entre os objetivos estabelecidos e as ações desenvolvidas para alcançá-los. Consiste no planejamento e na organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para realizar uma política (SILVA, 2009).

Para Arretche (2001), um programa é um resultado de uma combinação complexa de decisões entre diferentes agentes, mas a implementação efetiva é sempre



realizada com base nas referências que os implementadores de fato adotam para desempenhar suas funções.

A partir da transição do modelo de produção fordista para o modelo de produção de acumulação flexível, houve várias mudanças no mundo do trabalho e para os/as trabalhadores/as. Nesse contexto, a participação das mulheres no mercado de trabalho também aumentou.

Para Hirata (1996, p.54), as mulheres passaram a ser usadas como força de trabalho “depreciada”, em atividades parciais, cada vez mais precarizadas e insalubres. A autora destaca ainda que (id,1996,p.54-55): “dentre as mudanças recentes no modelo japonês de relações industriais e de organização da empresa estão: a expansão do trabalho feminino e do emprego de estrangeiros”.Nesse novo cenário econômico, a busca por qualificação profissional tornou-se evidente e necessária.

3 O MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL E O IFMA

O compromisso dos Institutos com o desenvolvimento socioeconômico e com a geração de trabalho e renda, formando profissionais autônomos e com renda própria, capazes até de dar início a um negócio próprio, tornando-se pequenos empresários, ficou consolidado com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com sede em São Luís(MA).

A Portaria nº 1.015, DE 21 de julho de 2011,do Ministério da Educação, instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – que está inserido no Plano Brasil sem Miséria, fazendo parte de um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de risco social.

O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, que não possuem acesso aos serviços públicos básicos,possam ter uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, através da inclusão no mercado de trabalho e,também, do incentivo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

A metodologia que fundamenta a *Mulheres Mil* é a Metodologia do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito.Serão implantados núcleos de desenvolvimento do Programa em todo o território nacional, com a perspectiva de atingir 100 mil mulheres até 2014.



O Público Alvo é composto de mulheres de baixa renda e de baixo nível de escolaridade. A formulação da política *Mulheres Mil* teve os seus trabalhos voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mundo do trabalho.

A metodologia utilizada favorece o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres, através de equipe multidisciplinar capacitada para encaminhar o público-alvo para o desenvolvimento de programas personalizados. Na formação, estão previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade e, conseqüentemente, para o acesso ao mundo do trabalho.

No que concerne à avaliação e acompanhamento dessa política pública, a metodologia contempla a criação do Observatório da *Mulheres Mil*, que possibilitará o acompanhamento, monitoramento e avaliação contínua dos resultados e impactos gerados nas mulheres, nas famílias e nas comunidades, além de utilizar o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC).

O recorte pelo gênero se deu pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a posição, anteriormente ocupada somente pelos homens, de chefe das suas famílias, sendo responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, o que reflete diretamente nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do País.

Percebe-se, então, que a *Mulheres Mil* é uma política pública, voltada para o aspecto educacional e de qualificação profissional, com recorte de gênero, buscando a inclusão no mercado de trabalho, bem como a empregabilidade de mulheres em situação de risco social, baixa renda e com pouca escolaridade.

Surgiu, inicialmente, nas regiões norte e nordeste, sendo que no Maranhão as atividades começaram em 2009, no IFMA. O primeiro curso ofertado foi o de preparo, conservação e congelamento de alimentos, sendo posteriormente, ofertados outros cursos.

A metodologia utilizada pode ser assim mostrada resumidamente:

1-Acesso: é o conjunto de serviços, métodos e sistemáticas de aproximação, compreensão e diálogo com a comunidade, que possibilite o processo de inclusão de populações não tradicionais nas instituições educacionais. Os serviços de acesso incluem



ações de sensibilização, resgate e ingresso. Na instituição de ensino participante, deverá ser estruturado um local de referência para as alunas, denominado Escritório de Acesso, especificamente para receber, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram a Instituição para obter informações sobre o Programa. As ações desse módulo devem ser democráticas inclusivas, promovendo a sustentabilidade e a equidade, independentemente da faixa etária, da cor, raça, localidade ou do conhecimento educacional prévio das mulheres beneficiadas.

2-Permanência e êxito: inclui estrutura e serviços acadêmicos e de assistência social e faz parte de uma cultura inclusiva, que promove a criação de uma comunidade escolar segura, solidária, acolhedora, colaborativa e estimulante, com ênfase na valorização do sujeito e dos grupos sociais. É constituída de serviços ofertados pela própria Instituição ou em parcerias locais, que melhorem e ampliem a capacidade de atendimento, visando responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais, educacionais e profissionais.

4 CONCLUSÃO

A Política Pública é vista sobre vários ângulos: político, social e econômico. Considerando-se o fato de que ao poder público cabe criar condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico, direcionando a política pública para a garantia dos direitos sociais. Nessa perspectiva, a implementação de políticas públicas é concebida como um processo por meio do qual os objetivos são alcançados, uma vez que se trata da execução do que foi elaborado, planejado, anteriormente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, com sede em São Luís (MA), foi criado pela Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a criação dos Institutos Federais veio a ampliar a oferta de ensino e a formação profissional, atingindo um número maior de cidades e pessoas, na perspectiva de gerar uma maior inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, desenvolvendo a economia nos mais diversos setores. Com esse intuito, o IFMA adotou o *Mulheres Mil*, que nasceu de uma parceria entre o Governo Federal e o governo do Canadá, com o objetivo de oferecer qualificação profissional a mulheres historicamente marginalizadas pelo mercado de trabalho, sendo que no Maranhão, o IFMA é responsável pela gestão do projeto, conseguindo inserir algumas no mercado de trabalho local.



A Mulheres Mil surgiu como um projeto e se tornou uma política pública do plano Brasil Sem Miséria do governo federal, com metas grandiosas até 2014, sendo que desde a sua implementação tem a proposta de melhorar a qualidade de vida das mulheres envolvidas, além de elevar o nível educacional das mesmas.

Buscando a educação, formação profissional, desenvolvimento socioeconômico, inclusão social e no mercado de trabalho, de mulheres de baixa renda, é que essa política pública - *Mulheres Mil* - é voltada para a geração de emprego e renda para as mulheres, antes excluídas do mercado de trabalho, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico local, que ocorrerá por meio da inserção social e da qualificação de mão-de-obra para ingressar no mercado de trabalho e surgimento do empreendedorismo - através do trabalho autônomo da participante egressa do programa ou por meio de criação de micros e pequenas empresas - e sobre seus benefícios e impactos para as mulheres integrantes desse projeto e para a sociedade ludovicense. Os seus resultados exatos, no Maranhão, entretanto, ainda serão mensurados, através de nossa pesquisa de campo na dissertação de mestrado.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. **Uma Contribuição para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas**. In: MOREIRA, Maria Cecília Roco; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.) Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. IEE/PUCSP, São Paulo, 2001.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007. BRYNARD, P.
- BRASIL, **Lei nº 11.892/2008**. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em 07 ago. 2012
- _____, **Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011**. Dispõe sobre o Mulheres Mil. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em 20 ago. 2012
- HIRATA, Helena. Fordismo e modelo japonês. In: **Fortes**, José e Soares, **Rosa** (orgs). Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial. Brasília, ed. UNB, 1996.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=SO101>>, 02 jan. 2012. Brasília, IPEA, 2007
- JOHN, Peter. **Analysing Public Policy**. Pinter, Londres, 1999.
- Lowi, Theodore J. (1985). The State in Politics: **The Relation Between Policy and Administration**. In: Noll, Roger G. (ed), *Regulatory Policy and the Social Sciences*, pp. 67-105. University of California Press.



PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB.2009**. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.